

A educação pública não vive de brisa

Se você acompanhou os jornais no ano passado, provavelmente viu a luta que os estudantes da USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza travaram com o governo de São Paulo na tentativa de conseguir mais verbas para a educação pública no Estado, e talvez tenha se surpreendido com a situação em que se encontra o ensino público paulista.

As três universidades estaduais paulistas vêm sendo mantidas com o repasse de 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e o Centro Paula Souza (que inclui as Fatec e as Escolas Tecnológicas) é financiado também por parte desse imposto, não tendo porém um percentual mínimo garantido, sendo este definido a cada ano. O governo do Estado tem optado por manter o mesmo repasse há 11 anos.

Contudo, no ano passado, estudantes, professores e funcionários dessas instituições conseguiram que a Assembléia Legislativa do Estado (Alesp) aprovasse na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) o aumento desse percentual para 10%, com a vinculação de um mínimo de 1% para o Centro Paula Souza e também o aumento do investimento na educação em todos os níveis dos atuais 30% para 31% da receita de impostos, o que representaria uma conquista histórica para os movimentos de educação. Porém, insensível às melhorias que essas medidas trariam à educação, o governador Geraldo Alckmin vetou o aumento aprovado pelos deputados, desencadeando uma greve importante nas universidades estaduais paulistas, que tomou as ruas exigindo a derrubada do veto. O governo, através de manobras políticas, garantiu a manutenção do veto, mas a greve pautou a questão na mídia e na sociedade, acumulando forças para a continuidade da luta por mais verbas para a educação.

Sem dúvida, o montante de dinheiro gasto com a educação pode não parecer baixo à primeira vista. Contudo, o que se deve perguntar é se, de fato, ele é suficiente para garantir o direito da população à educação pública, gratuita e de qualidade. Sabemos como anda a qualidade do ensino na rede estadual, onde faltam professores, além destes terem um salário baixíssimo, também não há boa infra-estrutura didática, como salas de aula adequadas, salas de informática, bibliotecas, laboratórios, material didático etc. A baixa qualidade se expressa inclusive na dificuldade que os estudantes da rede pública enfrentam no acesso ao ensino superior público.

Nos casos das universidades públicas a situação não é diferente, faltam professores, sua estrutura está cada dia mais sucateada. Embora as universidades recebam a mesma porcentagem do ICMS há 11 anos, as mesmas foram submetidas, neste mesmo período, a um rápido e descontrolado processo de expansão de vagas. Anunciados com estardalhaço, a USP Zona Leste, os novos campi da UNESP e a multiplicação das unidades da FATEC, bem como os novos cursos abertos a cada ano nos campi já existentes, não têm ainda nenhuma

garantia orçamentária para seu custeio. O resultado é que as vagas seguem insuficientes, enquanto, ao mesmo tempo, o ensino torna-se cada vez mais deficiente. Compartilhamos o anseio legítimo da população pela expansão de vagas, mas consideramos igualmente necessária a manutenção da qualidade do ensino. Em contraposição à diluição de recursos, já agudados, entre um número cada vez maior de cursos, defendemos um plano conseqüente de expansão, que conjugue o aumento de vagas e a ampliação do orçamento.

Cabe lembrar também que a universidade não é só ensino, é pesquisa e é também extensão (USP, Unesp e Unicamp produzem mais de 50% da produção científica nacional), e que as mesmas, tão essenciais quanto o ensino, também têm grande peso no orçamento.

A carência de verbas torna a universidade um alvo fácil para o discurso do "auto-financiamento", ou seja, da regularização das fundações privadas "de apoio" e da abertura de cursos pagos, em suma, da submissão da universidade ao mercado. Ao processo de sucateamento corresponde o de privatização. Para garantir o caráter público da universidade, fazem-se necessárias verbas públicas para seu custeio, refutando todas as formas de financiamento privado da educação, onde a estrutura e o status da universidade são utilizados em interesse próprio, esvaziando seu sentido público e social.

Se há consenso de que educação é fundamental para o cidadão e o desenvolvimento do país, temos que garantir a todos o acesso a ela. E isso só se dá através do fortalecimento da educação pública e gratuita. Com esse objetivo o DCE – UNESP/FATEC, SINTUNESP e ADUNESP estão lançando, como momento inicial da Campanha em Defesa da Escola Pública, um movimento por mais verbas para a educação. Este ano o aumento do repasse vai estar pautado na Alesp durante a discussão da LDO. Portanto, é fundamental que desde já comecemos, ao lado de vocês que agora ingressam na universidade, a construir o debate e a luta em defesa da educação pública no Estado de São Paulo. Este é um primeiro momento de uma campanha que deve ser tanto ampla quanto incisiva e, para tanto, deverá construir-se não apenas no conjunto das comunidades universitárias, mas também com aqueles que estão fora de seus muros, envolvendo toda a população na luta em defesa desse direito, inalienável, a um projeto de sociedade mais justo e igualitário.

22/02/2006

DCE-UNESP/FATEC

Sindicato dos Trabalhadores da UNESP – SINTUNESP

Associação dos Docentes da UNESP – ADUNESP S. SINDICAL